



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO – 2023 – (RELUCI)**

Emitente: Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Apiacá

Entidade: Prefeitura Municipal de Apiacá

Gestor responsável: Fabrício Gomes Thebaldi – Prefeito Municipal

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o artigo 59 da Lei Complementar nº101/2000 – LRF, a Unidade Central de Controle Interno, sob responsabilidade da Controladora Geral que este subscreve, realizou procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1.2. DA IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Antes de apresentarmos os pontos de controle que foram selecionados, importante esclarecer algumas questões preliminares e prejudiciais à análise da presente Prestação de Contas por esta controladoria.

Como é sabido, a Prestação de Contas Anual, objeto da presente manifestação, reflete a atuação do Gestor responsável, no típico exercício das funções administrativas.

Na forma do artigo 135 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e das INs nº 43/2017 e 68/2020, a Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, constituindo-se nas contas da Câmara Municipal de Apiacá.

As INs 43/2017 e 68/2020, elencam os pontos de controle predefinidos pelo Tribunal e que devem ser objeto de análise pelo Controle Interno. Nesse contexto, e sem dúvidas, os principais pontos referem-se à análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados nos balanços e demonstrativos contábeis.

Ocorre que existe dispositivo normativo junto ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual prevê que análise de demonstrativos contábeis é atividade típica



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

e exclusiva de profissionais com formação acadêmica em Ciências Contábeis e com inscrição no CRC a que estiver sujeito.

Nestes termos, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo, notificou todos os Controladores dos Municípios do Estado para que, caso não sejam contadores, se abstenham de fazer tal análise, sob pena de incorrer em crime de exercício ilegal de profissão.

Fato que, esta Controladora Geral, apesar de possuir formação acadêmica compatível com o cargo que exerce, qual seja, bacharelado em direito, não possui graduação em ciências contábeis e, portando, também não possui inscrição no CRC/ES.

Assim, por não possuir formação acadêmica em ciências contábeis e, por conseguinte, inscrição no CRC, evidenciado está a impossibilidade desta Controladora em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimentos técnicos na área, sendo a análise feita por competente servidor.

1.3. QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

É necessário esclarecer que no exercício de 2023 para as atividades da Controladoria Geral do Município foi disponibilizado somente 01 (uma) servidora comissionada que este subscreve, a qual é responsável por exercer o controle interno de 03 (três) Unidades Gestoras, sendo elas: 1- Prefeitura Municipal de Apiacá; 2- Fundo Municipal de Saúde; e 3- Câmara Municipal de Apiacá.

2. DOS PONTOS DE CONTROLE SELECIONADOS PARA ANÁLISE

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária					
1.2. Gestão Previdenciária					
Código	Ponto de controle	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Situação
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/98; Lei 8.212/91; Lei Local; Reg. Compet	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referente às alíquotas normais e suplementares.	Conta de Gestão	Avaliado
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/98; Lei 8.212/91;	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse	Conta de Gestão	Avaliado



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

		Lei Local; Reg. Compet	tempestivo ao regime de previdência		
--	--	------------------------	-------------------------------------	--	--

1.3. Gestão Patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidade financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)	Avaliado

1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas (IN 68/2020)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Contas de Gestão (Todas as UG's) Documentos PCA 2023	Avaliado
1.5.2	Segregação de funções	CF/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Conta de Gestão (Todas as UG's)	Avaliado

2. Itens de abordagem complementar

2.5. Gestão Previdenciária

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	CRFB/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/98, art. 1º e 3º	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme legislação.	Conta de Gestão (Todas as UG's)	Avaliado
2.5.37	Registro de Admissões	CRFB/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Contas de Gestão (Todas as UG's)	Avaliado

2.6 Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base Legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
--------	-------------------	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
CONTROLADORIA MUNICIPAL

2.6.4	Pessoal – teto	CF/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no art. 37, inciso XI, da CF/88.	Contas de Gestão	Avaliado
2.6.6	Dispensa e inexistência de licitação	Lei 8.666/93, arts, 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos arts. 24 a 26 da Lei de Licitações.	Contas de Gestão	Avaliado

4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual sob a responsabilidade do Sr. FABRÍCIO GOMES THEBALDI, Prefeito Municipal, relativo ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 2, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR COM RESSALVA**.

A ressalva se dá pela impossibilidade da análise dos demonstrativos contábeis, conforme esclarecido no item 1.1 desta manifestação.

Apiacá-ES, 12 de Março de 2024.

CAROLINE SATURNINO CHIERICI
Controladora Geral do Município
Portaria nº 1156/2022